

## **Economias populares: alternativas de geração de trabalho e renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Roberto Luís de Melo Monte-Mór<sup>1</sup>

Sibelle Cornélio Diniz<sup>2</sup>

A Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, e seu entorno, vem sendo alvo de um conjunto de grandes projetos urbano-regionais, por parte do setor privado e do governo do estado de Minas Gerais. Investimentos expressivos em setores tradicionais como a mineração, a siderurgia, a expansão imobiliária e a indústria da construção civil, os serviços produtivos e de transporte, entre outros, alguns deles com roupagens contemporâneas, são acompanhados de grandes obras públicas de infra-estrutura e de suporte a serviços de caráter metropolitano.

Ademais, esforços vêm sendo feitos, particularmente pelo governo do Estado em articulação com as universidades e o setor privado, para dotar a Região de um novo parque industrial e de serviços avançados ligados às indústrias de ponta que contribuam para (re)colocar a RMBH em lugar de proeminência no contexto das economias metropolitanas. O grande esforço feito pelo Estado nos anos 1960 e 1970 para criar um parque industrial fordista em Minas Gerais, e em especial na RMBH, deu origem ao que ficou conhecido como a ‘nova industrialização mineira’ (Diniz, 1981). O esforço atual para se adequar às novas indústrias motrizes pós-fordistas foi chamado, no Plano Metropolitano de BH, de ‘novíssima economia mineira’<sup>3</sup>.

Entretanto, em pesem os grandes investimentos em curso, acreditamos que as populações mais vulneráveis econômica e socialmente ali residentes dificilmente serão absorvidas por tais investimentos. Por outro lado, a valorização da terra urbana, já em curso em grande parte da Região e particularmente acelerada onde se concentram os investimentos, deverá provocar um forte processo de expulsão de expressivas parcelas dessa população pobre, se alternativas econômicas e de inclusão social não forem criadas e/ou incentivadas pelos poderes públicos e pela iniciativa privada. Assim, ainda que processos de qualificação da mão de obra sejam fundamentais para viabilizarem alguma integração dos trabalhadores mais qualificados e de maior nível de escolaridade ao processo econômico central que ali se inicia, a maioria da população só poderá se beneficiar do crescimento econômico que a Região deve experimentar

---

<sup>1</sup> Professor do Cedeplar/UFMG.

<sup>2</sup> Pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

<sup>3</sup> O PDDI-RMBH – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, foi contratado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru, com recursos do Fundo Metropolitano, tendo sido elaborado pela UFMG, sob a coordenação do Cedeplar, envolvendo vários departamentos da UFMG, além da PucMinas e da UEMG, e contando com uma equipe de cerca de 180 professores, alunos e consultores. Foi concluído em dezembro de 2010 e pode ser acessado em: [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br) (UFMG, 2010).

nos próximos anos se alternativas outras forem apresentadas.

Consideramos que o desenvolvimento e o fortalecimento de oportunidades de geração de trabalho e renda para a Região, na esteira da urbanização que se estende para além da metrópole e das cidades vizinhas, se concentra na Economia dos Setores Populares<sup>4</sup> – Economia Popular e/ou Solidária – e será fundamental para evitar um processo mais agudo de expulsão da população residente e promover melhores condições possíveis para sua inclusão social e econômica, em consonância com as múltiplas oportunidades criadas pelos novos investimentos. Entendendo que o crescimento da economia capitalista e a expansão da economia do setor público poderão criar oportunidades no comércio e nos serviços, e mesmo na produção em atividades ligadas à alimentação, vestuário, higiene, reciclagem de produtos, e outras, para viabilizar e fortalecer a economia dos setores populares, faz-se necessária uma ação efetiva de organização, orientação e envolvimento social da população da Região.

### **RMBH: aspectos centrais da sua formação e tendências atuais**

A expansão metropolitana de Belo Horizonte se esboçou a partir dos anos 1940 com a criação da Cidade Industrial no município de Betim e se consolidou com a emancipação do município de Contagem<sup>5</sup>. A expansão urbana e o crescimento demográfico que caracterizaram os anos 1950 e 1960 ocorreram também em outros municípios do que viria a se tornar, nos anos 1970, a RMBH. A partir de então, as ondas de expansão e adensamento metropolitano se alternaram e se sucederam, tendo o Vetor Oeste e o Vetor Norte como suas direções principais, além do próprio município de Belo Horizonte.

Já no início dos anos 40, foram implantados a Avenida Antônio Carlos e o Complexo da Pampulha, na região Norte de Belo Horizonte. Essa primeira expansão, diferentemente daquela no sentido Oeste, onde o complexo industrial de Contagem (re)definiu o caráter industrial de Belo Horizonte (e de Minas Gerais), caracterizou-se por atividades culturais e de lazer acompanhadas de áreas residenciais ricas. Venda Nova, o único distrito do município de Belo Horizonte, apesar de localizado próximo à represa da Pampulha, permaneceu à margem desse processo inicial de expansão urbana/metropolitana, que tampouco atingiu expressivamente os futuros municípios metropolitanos no sentido Norte, isto é, Ribeirão das

---

<sup>4</sup> A Economia dos Setores Populares é um dos vários nomes – e talvez o mais abrangente - utilizados para se referir às novas formas de organização social e econômica que hoje marcam presença principalmente no cenário urbano brasileiro; ver Kraychete, 2000 e Monte-Mór, 2008.

<sup>5</sup> Contagem foi emancipada do município de Esmeraldas em 1911, mas depois anexada a Betim, em 1938. A criação da Cidade Industrial, em 1941, abriu o caminho para sua segunda emancipação, em 1949.

Neves, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, entre outros. Apenas Lagoa Santa, mantendo seu caráter de cidade pequena, mas já marcada pela presença de uma Base Aérea, firmava-se como área de lazer de alta renda de Belo Horizonte, com residências de classe média alta em volta da Lagoa.

A construção da rodovia para Brasília ao final dos anos 50 fortaleceu as ligações com o Vetor Norte, cortando Vespasiano, Pedro Leopoldo, Matozinhos e outros municípios (atual BR-424), criando condições para indústrias de bens intermediários (metalurgia e cimento, entre outras) e indústrias de alimentos, iniciando um processo pouco expressivo de expansão industrial naquela direção, com algum impacto em Santa Luzia. A crise econômica do início dos anos 60, que se estende até o ‘milagre’ no final da década, concentrou a expansão urbana na área conurbada a Oeste, principalmente no município de Contagem, que sofreu um boom imobiliário até o final dos anos 70 quando, apesar dos seus 100 mil habitantes, teve loteamentos urbanos aprovados capazes de abrigar outros 300 mil (Monte-Mór, 2005). Processo similar acontecia em Betim, seguido de Igarapé. Assim, começaram os primeiros contornos de um cenário no qual o Vetor Norte se manteria como o principal absorvedor da expansão habitacional da população pobre da região metropolitana.

A expansão da malha urbana na RMBH se apoiou, até o final da década de 70, em loteamentos populares concentrados nas mãos de poucas empresas. No período 1975/79, apenas dez empresas foram responsáveis por 53% dos loteamentos na RMBH e por 96% dos loteamentos em Ribeirão das Neves, sua quase totalidade em condições muitprecárias. Dos 103 loteamentos identificados, 96% não tinham pavimentação, 97% não tinham esgoto, 91% não tinham água encanada e 71% não tinham acesso a transporte coletivo. Entretanto, as condições de compra e financiamento, com até 60 prestações pré-fixadas, fortaleciam os sonhos de inserção metropolitana a partir da casa própria (Costa, 1994).

Nos anos 80 houve relativa retração dos loteamentos periféricos, aumentando a concentração urbana através do favelamento no interior de áreas já ocupadas, acompanhada do crescimento do setor serviços e fazendo com que municípios que tinham ainda alguma expressão agropecuária se transformassem em pequenos centros de serviços. Entretanto, dados os baixíssimos níveis de renda (e escolaridade) das populações periféricas e o aumento da mobilidade interna da RMBH, a concentração na metrópole se agravou, exacerbando as diferenças internas. Atualmente, o hiato entre as regiões ricas de Belo Horizonte e os pobres municípios periféricos, particularmente no Vetor Norte, é impressionante.

De outra parte, a industrialização de base fordista centrada nos bens de consumo durável, iniciada em 1970 com a implantação da FIAT, em Betim, consolidou o processo de metropolização no sentido Oeste, com desdobramentos também no Vetor Norte através da implantação de distritos industriais naquela região. Investimentos em indústrias ligadas a bens intermediários (siderurgia e cimento, em especial), além de produtos alimentícios, entre outros, contribuíram para essa expansão, particularmente em Matozinhos, Pedro Leopoldo e Santa Luzia (Diniz, 1981; Monte-Mór, 1994).

O processo de industrialização que se implantou e se manteve de modo mais prolongado na RMBH até o final da década, estendendo em Minas Gerais o ‘milagre econômico’ até o início da década de 80 e superando parcialmente a crise econômica que se implantava a nível nacional não foi, todavia, acompanhado de investimentos no setor serviços que garantissem continuidade e suporte para a nova economia centrada no terciário que se avizinhava. Aumentou a concentração dos serviços em Belo Horizonte e fortaleceu a centralidade do município-sede, contribuindo para o enfraquecimento relativo dos demais municípios da Região Metropolitana.

De fato, a rápida e intensa expansão e modernização do setor serviços; as transformações recentes na base produtiva industrial; o enfraquecimento da participação do Estado nos investimentos econômicos; a concentração de renda e proletarização de parte significativa das camadas médias (além do aumento do desemprego estrutural); e o crescimento das periferias urbanas com populações migrantes pobres exige áreas de mercado cada vez mais extensas para bens e serviços centrais. Conseqüentemente, os lugares centrais de nível hierárquico mais alto ficam mais rarefeitos, enquanto proliferam os lugares centrais de nível mais baixo. Assim, como em outros aspectos da economia e estrutura sócio-espacial urbana e metropolitana no Brasil, observa-se um duplo processo de concentração/centralização e de expansão/extensão, gerando centralidades cada vez mais marcadas e mais diferenciadas, acompanhadas de periferias com características similares e cada vez mais distantes.

Nos anos recentes, o Vetor Norte vem sendo alvo de uma série de investimentos por parte do Estado: a retomada da utilização, em 2004, do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins – ocioso desde sua inauguração no início da década de 1980 – pode ser tratada como o marco inicial desse processo. Tal medida teve como âncora a construção da Linha Verde, um projeto de modernização do sistema viário que garantiu acesso rápido e eficiente à ligação entre o aeroporto e o centro metropolitano. Adicionalmente, a construção da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais (CAMG) no bairro Serra Verde, extremo norte de

Belo Horizonte e junto aos municípios de Vespasiano e Santa Luzia, significou grande aporte de recursos para aquela região empobrecida e, principalmente, sua transformação em área nobre que ora abriga a centralidade do poder estadual. Os resultados desse processo recém-iniciado – a CAMG foi inaugurada ao final de 2009 – estão ainda por serem vistos.

Além desses investimentos, o setor privado, no mais das vezes em parcerias com o Estado, tem proposto a montagem de grandes equipamentos metropolitanos no Vetor Norte para os próximos anos. Um dos principais é o Aeroporto-Indústria, projeto que implica a articulação multi-modal de transportes (de cargas, em especial, mas também de passageiros), estruturas de armazenamento, complexos industriais e serviços avançados, enfim, um complexo sócio-espacial, institucional e econômico de modernização intensiva na região, articulando-se principalmente com alguns espaços periféricos, como os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins e parte de Santa Luzia. Outros empreendimentos previstos para o Vetor Norte se destacam – o pólo de micro-eletrônica, o empreendimento Precon Park e os investimentos na Granja Werneck/Isidoro (região norte de Belo Horizonte) – e apontam para a intensificação da modernização através da garantia de um tipo de uso do solo intenso em tecnologia e articulado com o espaço e a economia globalizados.

A parte Sul da RMBH é cortada por algumas das serras que definem o Quadrilátero Ferrífero, estando no Sudoeste a região da “nova industrialização” dos anos setenta. A Fiat e a Refinaria caracterizam aquela região, acompanhadas do parque fordista que caracterizou essa fase (Diniz, 1981). O Sudeste, ou Eixo Sul, é o espaço das mineradoras por excelência, marcado tanto pelas jazidas e cavas, quanto pela extensíssima propriedade da terra em suas mãos. O forte investimento imobiliário, iniciado em décadas passadas, mantém-se até hoje e se multiplicou, na chamada “terceira safra do minério”, mas divide agora o espaço com a mineração revigorada pela demanda chinesa.

Atualmente, o movimento em torno da atração de grandes investimentos em alta tecnologia prevê o emprego de um número expressivo de profissionais de alta qualificação. Sendo assim, processos de qualificação da mão de obra parecem fundamentais para viabilizar a integração de parte dos trabalhadores locais ao momento econômico atual e futuro, em que pesem as muitas limitações de educação e renda da população daquela região. Portanto, a maioria da população só poderá se beneficiar do crescimento econômico que a Região deve experimentar nos próximos anos se alternativas para a emergência e fortalecimento de economias populares forem apresentadas e apoiadas por ações do poder público e a participação do setor privado, incluindo-se aqui setores organizados da sociedade civil.

## **“Economias Populares”: integração entre trabalho, cultura e território**

Ao tratar da geração de trabalho e renda, há que se tomar como ponto de partida a relação existente entre as categorias trabalho, cultura, política e qualidade de vida. O trabalho é um dos elementos organizadores da vida no território. Ele expressa cultura, que se desdobra em relações de produção e regras formais e informais, e que regulam a convivência em comunidade. Além disso, constitui um meio para alcançar, de forma remunerada ou não, a reprodução material das famílias, as formas de inserção social, o empoderamento das pessoas e grupos sociais, promovendo também a auto-estima e a identidade com o território.

Constitui ainda o elemento central que define as formas de ser e de fazer (Sen, 2000) das pessoas e das comunidades às quais elas pertencem e é também, antes de tudo, um direito (Silva, 2006) que, quando internalizado, contribui para organizar o território, do ponto de vista das relações de poder que nele prevalecem. Sua ausência implica "falta de condições para a vivência plena de uma cidadania digna" (Horta, 2001, p. 13).

A dimensão "renda", por sua vez, caracteriza a expressão monetária da produção econômica, resultado do emprego dos fatores de produção no processo produtivo. Ao auferirem renda, os proprietários desses fatores a utilizam para adquirir os bens e serviços produzidos, dando origem ao circuito produção-renda-consumo. Mais recentemente, aspectos não monetários da renda, como a produção para o auto-consumo, têm sido cada vez mais considerados, como, também, o circuito produção-renda-consumo vem sendo compreendido em duas expressões distintas e complementares: circuito superior e inferior de produção e trocas (Braudel, 1987; Santos, 1979, 2008). Na mesma perspectiva, outros circuitos também têm sido levados em conta, como redes de trocas não monetárias, trocas monetárias com objetivos não econômicos ou ainda circuitos econômicos que se efetivam por meio de moedas alternativas (França Filho & Lavelle, 2004). Esse esforço recente tem sido realizado de modo a permitir a compreensão de parte da reprodução material de segmentos populacionais populares, urbanos e rurais, em meio à excessiva concentração da renda e da riqueza e às crescentes desigualdades no acesso aos mercados e aos serviços públicos de qualidade.

Milton Santos (1979), em sua análise do ‘espaço dividido’ nos países subdesenvolvidos, aponta para a existência, nas cidades desses países, de dois circuitos econômicos. A configuração dos circuitos tem origem nos processos de industrialização e de modernização vivenciados nesses países, guiados por firmas multinacionais intensivas em tecnologia e geradoras de um número limitado de empregos. Como resultado de tais processos, forma-se

um circuito superior altamente beneficiado pelo processo de modernização, e outro, inferior, que só parcialmente se beneficia, ou absolutamente não se beneficia, do progresso técnico e das vantagens a ele relacionadas.

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Essas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços (SANTOS, 2008, p. 95).

O circuito chamado "superior" é composto principalmente pelos negócios bancários, comércio e indústria para exportação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, comércio atacadista e transporte, sendo caracterizado por atividades capital-intensivas, principalmente imitativas, de produção em grande escala, articulada para fora da cidade e da região, tendo como objetivo principal a acumulação de capital.

Já o "circuito inferior" é intensivo em trabalho, com produção em pequena escala, possuindo grande potencial criativo e forte articulação na cidade e sua região, tendo como tarefa primordial "sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida" (Santos, 2008, p. 102). É composto basicamente de serviços não modernos, abastecidos pelo comércio em pequena escala.

A relação entre esses dois sistemas de fluxos da economia urbana é determinada por condições históricas gerais, ligadas à penetração das atividades modernas no território, e pelo Estado, que atua como intermediário entre os agentes inovadores e as realidades regionais.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é evidente a diversidade de articulações no que tange ao trabalho e à renda. É grande o número de setores que empregam trabalhadores formalmente e que conduzem a dinâmica econômica do "circuito superior": setores ligados, sobretudo, ao complexo metal-mecânico e aos serviços modernos. Por outro lado, deve-se ressaltar a existência de grande quantidade de trabalhadores não integrados ao mercado formal, mas que buscam sua reprodução na informalidade, configurando um "circuito inferior" necessariamente interligado e complementar ao "superior". São, basicamente,

trabalhadores do setor comércio e serviços, que se organizam de diversas formas em torno da "economia dos setores populares"<sup>6</sup>.

Entendemos aqui como Economia dos Setores Populares “formas de reprodução da vida não capitalistas assentadas no trabalho que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital” (Kraychete, 2000, p. 15). Esse conceito envolve, portanto, a economia popular e a economia solidária, articulando as duas idéias no fato de ambas constituírem formas de organização da produção (e da reprodução) distintas das formas capitalistas e terem como objetivo principal não o lucro, mas sim a própria sobrevivência e a “reprodução ampliada da vida” (Coraggio, 2008). As relações de produção dominantes nas economias populares – incluindo a economia solidária – se distinguem das relações de produção capitalistas, ainda que aceitem, no caso da economia popular, participação secundária de relações assalariadas.

Tais “alternativas econômicas em nível local” surgiram, sobretudo, ao fim do século XX e no mundo subdesenvolvido, em resposta ao quadro de desemprego crônico e de más condições de trabalho que acompanha o avanço do sistema capitalista industrial, sendo articuladas no âmbito da sociedade civil organizada, apoiadas ou não pelo poder público.

A Economia Popular é definida por Coraggio (1994, 2000) como um subsistema que se relaciona com os outros dois subsistemas da economia: a economia capitalista internacional e a economia do setor público. As células da economia popular são as unidades domésticas (UDs) que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente. A UD, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, étnicas ou de afinidades várias, seja políticas, comunitárias, profissionais, entre outras), organiza os recursos e as capacidades de seus membros para gerir a satisfação de suas necessidades, de maneira que seu objetivo último seja a reprodução ampliada da vida (Coraggio, 2008).

A Economia Popular é de difícil mensuração, por agregar iniciativas individuais e familiares, formais e informais, de pequeno e de grande alcance, menos e mais articuladas entre si e com o território.

---

<sup>6</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – do IBGE, os trabalhadores sem carteira assinada, conta própria e sem remuneração somavam 39,1% dos ocupados da RMBH em 2009, o que indica alta participação do trabalho informal e familiar na RMBH. Tal parcela de trabalhadores possui, em média, menor escolaridade e menor rendimento do trabalho.



Do mesmo modo, a Economia Solidária, entendida muitas vezes como um subconjunto da Economia Popular, agrega diversas formas de organização. A Economia Solidária é constituída por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. As unidades básicas são encontradas sob a forma de cooperativas, associações, etc., sem que haja distinção entre capital e trabalho, sendo que esses empreendimentos se diferenciam tanto na forma de organização interna quanto no modo de articulação com a comunidade em que atuam (Singer, 1997, 2002).

Enquanto princípio que norteia a Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações (Verardo, 2003).

As experiências populares e solidárias são importantes para o reordenamento e a gestão territorial, na medida em que promovem o empoderamento de populações visando, em última instância, o equilíbrio das relações de poder no território, por meio do fortalecimento de associações de produtores, cooperativas de trabalho e redes, que tenham o efeito de promover a identidade territorial (metropolitana).

### **A Economia Solidária no contexto metropolitano de Belo Horizonte**

No contexto brasileiro, e também metropolitano de Belo Horizonte, a economia solidária tem tido maior apoio por parte do setor público, particularmente depois da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego, que concentrou suas ações nos empreendimentos da economia solidária. De fato, as economias populares como um todo abarcam um conjunto muito maior e mais heterogêneo de atividades, dificultando enormemente sua mensuração e seu próprio conhecimento. Alguns segmentos, como camelôs, artesãos, mototaxistas, entre vários outros, já vêm recebendo estudos mais específicos, em geral relacionados a uma realidade local e expresso em teses e dissertações<sup>7</sup>. Entretanto, em muitos casos a economia popular e a economia solidária se confundem, de

---

<sup>7</sup> Como exemplo, citamos uma dissertação sobre economias populares em Montes Claros (Rodrigues, 2001) e uma tese de doutorado sobre camelôs em Belo Horizonte (Jesus, 2011).

modo que um retrato da economia solidária quase sempre expressa os mesmos avanços e dificuldades enfrentadas pela economia popular.

As experiências de economias solidárias, entretanto, já encontram uma maior sistematização de informações, assim como formas de organização e mobilização diretamente apoiadas pelo setor público, em especial, que nos permitem minimamente avaliar seu desempenho.

Dados do SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes/MTE) referentes a 2007 indicam que existiam, na RMBH, 259 empreendimentos econômicos solidários<sup>8</sup>. Em apenas 10 dos 34 municípios da RMBH foram declaradas atividades de economia solidária, ocorrendo uma concentração dessas organizações em municípios populosos: Belo Horizonte (160 empreendimentos), seguido de Contagem (45), Ribeirão das Neves (22) e Sabará (19).

A maior parte dos empreendimentos declarados relaciona-se à atividade artesanal. Em segundo lugar, aparece a produção têxtil, seguida da produção de alimentos, reciclagem, produtos fitoterápicos e agropecuária. Na maior parte das vezes, tais atividades são desenvolvidas de forma precária, evidenciando as dificuldades de apropriação tecnológica e de gestão e comercialização<sup>9</sup>.

A maior parte dos empreendimentos declarados (74,1%) foi criada na década de 2000, o que indica um forte crescimento da economia solidária na RMBH nos anos recentes, fenômeno que pode ser relacionado aos altos índices de desemprego e à perda de poder de compra dos salários nas décadas de 1980 e 1990, motivando iniciativas institucionais que abrangem desde pequenas organizações até ações dos poderes públicos municipais, estadual e federal.

De fato, o surgimento e a expansão de experiências da economia solidária têm sido acompanhados pela criação de instâncias governamentais apoiadoras/ fomentadoras, tanto em âmbito federal (como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE), quanto estadual (como a instituição da Política Estadual de Fomento à

---

<sup>8</sup> Como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), o SIES entende “organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário” (*site* da Senaes/MTE). A despeito do avanço representado pelo SIES, com respeito à disseminação das informações referentes à Economia Solidária no país, há uma fragilidade a ser ressaltada: os empreendimentos entrevistados são aqueles auto-declarados na página do SIES na Internet. Sendo assim, a pesquisa certamente sub-representa as organizações existentes, uma vez que os empreendimentos declarados são aqueles com maior grau de informação e articulação. No entanto, por constituir a principal base de dados acessível a respeito da economia popular e solidária no Brasil, o SIES é utilizado como referência.

<sup>9</sup> Uma análise mais extensa das condições de pobreza e das manifestações das economias populares e solidárias no Vetor Norte da RMBH pode ser encontrada em Diniz et al., 2010.

Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais) e municipal (como a criação do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte, inaugurado em 2007).

No âmbito estadual, a política de economia solidária é realizada atualmente pela Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – SETE, e ocorre em basicamente em três frentes: a capacitação dos grupos, a promoção de feiras regionais e a promoção de conferências. Até o ano de 2010, as ações eram desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Superintendência de Trabalho e Renda / Diretoria de Promoção do Associativismo. O governo estadual atua segundo as diretrizes editadas pela Lei 15028 de 2004, que trata da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária. Outras ações de apoio à pequena produção são encontradas nas mais diversas Secretarias, como a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e a Secretaria de Estado de Defesa Social, e mesmo no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (Política Estadual de Microcrédito), quase sempre com muito pequena interlocução interna.

No município metropolitano central, tem grande importância o Centro Público de Economia Solidária, espaço que conta com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, localizado no prédio ao lado da Praça da Estação, no centro da capital. O local abriga, entre outros, as reuniões do Fórum de Economia Popular e Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FEPS/RMBH), que constitui um braço do Fórum Mineiro de Economia Popular e Solidária (FMEPS), ligado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O Fórum Metropolitano está se articulando para alcançar alguns objetivos que vão desde a constituição de uma plataforma de assessoramento aos empreendimentos para que estes se tornem mais independentes e auto-sustentáveis, até a constituição de redes de empreendimentos do mesmo ramo e a aprovação do marco legal no município de Belo Horizonte, visando, inclusive, a conquista de um espaço permanente para a comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários. Para isso foram criados Grupos de Trabalho que são compostos por pessoas, empreendimentos e por integrantes da coordenação do Centro Público<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Além do aparato institucional brevemente descrito, a Economia Solidária é movimentada também por entidades que compõem sua militância e que partem de diversas instâncias da sociedade civil, como sindicatos, movimentos sociais, instituições religiosas e universidades, sendo que algumas delas participaram em momentos e níveis diferentes do GT-Brasileiro. Podemos citar: SEBRAE, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL); Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES); Instituto Marista de Solidariedade (IMS); etc.

A maioria dos empreendimentos cadastrados no SIES (129 ou 49,8%) declarou que o principal motivo de criação foi a possibilidade de uma alternativa ao desemprego. Já 71 (27,4%) declararam que o empreendimento trazia uma fonte de renda extra aos associados, o que evidencia o caráter alternativo de tais organizações.

Quadro 1 - Empreendimentos econômicos solidários na RMBH por motivo de criação - 2007

<b>Motivo de criação dos empreendimentos</b>	<b>Empreendimentos (número)</b>	<b>Empreendimentos (%)</b>
Uma alternativa ao desemprego	129	49,80
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	71	27,41
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	14	5,40
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	13	5,01
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	12	4,63
Motivação social, filantrópica ou religiosa	10	3,86
Outro	9	3,47
Alternativa organizativa e de qualificação	1	0,38

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

Outra característica preponderante dos empreendimentos solidários é o alto grau de informalidade. Dos 259 empreendimentos, 219 se caracterizaram como “Grupo informal”, 26 como "Associação", 13 como "Cooperativa, e 1 como “Sociedade mercantil de capital e indústria”. Além disso, pouco mais de 10% do total possuíam CNPJ. Tal característica dificulta o acesso dos grupos a licitações e compras públicas, além de inviabilizar contratos de maior porte.

No que toca à articulação com órgãos de fomento à Economia Solidária, mais da metade declarou participar de alguma rede ou forma de articulação, e boa parte destes declarou integrar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Entretanto, observa-se baixo grau de

articulação entre os empreendimentos, no que tange à cadeia produtiva. Apenas 10 (3,9%) dos empreendimentos declararam adquirir suas matérias-primas de outros empreendimentos de economia solidária, enquanto 231 (89,2%) adquirem seus produtos de empresas privadas. Além disso, somente 21 empreendimentos trocavam seus produtos com outros empreendimentos solidários, enquanto 18 vendiam a outros empreendimentos desse tipo. Onze empreendimentos vendiam a órgãos governamentais, atores essenciais no fomento a tais organizações. Tal quadro remete à importância do fortalecimento da articulação entre os empreendimentos de economia solidária na RMBH, evidenciando a potencialidade de ações de constituição de uma rede metropolitana de consumo e produção solidárias.

Quadro 2 - Origem das matérias-primas ou insumos utilizados pelos empreendimentos-  
RMBH - 2007

<b>Origem das matérias-primas ou insumos</b>	<b>Empreendimentos (número)</b>	<b>Empreendimentos (%)*</b>
Aquisição de empresa privada	231	89,2
Doação	67	25,9
Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)	40	15,4
Aquisição de outros empreendimentos de ES	10	3,9
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	10	3,9
Associados(as)	5	1,9
Outra	10	3,9

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

\*A soma das porcentagens é maior que 100 porque foram consideradas as 3 principais origens das matérias-primas dos produtos dos estabelecimentos.

Quadro 3 – Formas de comercialização dos produtos dos empreendimentos – RMBH – 2007

<b>Formas de comercialização dos produtos</b>	<b>Empreendimentos (número)</b>	<b>Empreendimentos (%)*</b>
Venda direta ao consumidor	245	94,59
Venda a revendedores/atacadistas	53	20,46
Outra	23	8,88

Troca com outros empreendimentos solidários	21	8,10
Venda a órgão governamental	11	4,24
Venda a outros empreendimentos de ES	18	6,94

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

\*A soma das porcentagens é maior que 100 porque foram consideradas as tres principais formas de comercialização dos produtos pelos estabelecimentos.

Como consequência das dificuldades de apropriação tecnológica, gestão e articulação ao mercado, a maioria dos empreendimentos cadastrados enfrenta dificuldades financeiras. Ao se avaliar a remuneração média mensal dos sócios, percebe-se que a maior parte dos EES (67,6%) paga até um salário mínimo/mês aos seus participantes. Além disso, 22,7% declararam não conseguir remunerar os sócios. Algumas das dificuldades apontadas pelos entrevistados estão ligadas à obtenção de crédito e clientes e à manutenção de capital de giro. A ausência ou ineficácia de ações de microcrédito e de apoio à gestão e comercialização ficam evidentes.

Parte expressiva dos empreendimentos declarou ter recebido algum tipo de apoio em sua constituição ou manutenção. O principal tipo de apoio recebido foi a qualificação (123 empreendimentos ou 47,5% do total). Além disso, diversos órgãos parecem fornecer apoio a essas instituições. No entanto, tal apoio institucional não se consolidou em um alto grau de articulação entre os EES e ou na sustentabilidade econômico-financeira.

Quadro 4 – Principais tipos e entidades de apoio aos empreendimentos – RMBH – 2007

<b>Tipo de apoio recebido</b>	<b>Empreendimentos (número)</b>	<b>Empreendimentos (%)*</b>
Qualificação profissional, técnica, gerencial	123	47,49
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	102	39,38
Assistência técnica e/ou gerencial	63	24,32
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	45	17,37

Outro	11	4,24
Assessoria na constituição, formalização ou registro	21	8,10
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	18	6,94
Assistência jurídica	10	3,86
<b>Órgão fornecedor do apoio</b>		
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc.	101	38,99
Órgãos governamentais	95	36,67
Sistema "S" (TTPm, SESCOOP, etc)	29	11,19
Universidades, incubadoras, Unitrabalho	26	10,03
Outro	25	9,65
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)	4	1,54
Cooperativas de técnicos(as)	2	0,77

Fonte dos dados básicos: SIES 2007

\*A soma das porcentagens é maior que 100 porque foram considerados os três principais tipos de entidades que forneceram apoio aos empreendimentos.

Por fim, constata-se que a maior parte dos grupos entrevistados (139 ou 53,1%) empreende alguma iniciativa visando à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos, como preço acessível, incentivo ao consumo ético e comércio justo e oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos. Tal preocupação evidencia o potencial da produção popular e solidária na oferta de uma produção ecológica e economicamente sustentável.

### **Indicações para uma Política Metropolitana voltada ao Trabalho e à Renda**

A seguir, são apresentados alguns elementos para uma política metropolitana no âmbito do trabalho e da renda, pautando-se na inclusão de parcelas desarticuladas da população e do

território e dando visibilidade à diversidade de formas de articulação e de complementaridade, orientando-se pelos seguintes aspectos principais<sup>11</sup>:

1) **expansão e diversificação da qualificação, difusão e apropriação de tecnologias**: tais ações implicam diagnósticos para identificação do público potencial e suas demandas, visando orientar uma oferta mais diversificada e inovadora de ações de formação e qualificação, que potencialize a apropriação tecnológica como fator fundamental, levando em consideração peculiaridades do público-alvo e articulando os agentes presentes no território.

2) **fortalecimento de redes de economia solidária, de produção para o auto-consumo e de bens e serviços que abastecem mercados locais e regionais**: reforçar a produção de horti-fruti-granjeiros, doces e produtos de confeitaria, roupas, calçados, produtos da construção civil, refeições, lavanderia, cuidados com idosos e crianças, reparos, dentre outros, buscando fazer emergir um conjunto significativo de relações que dão sentido ao cotidiano metropolitano. Cabe dizer que as redes de economia solidária não precisam necessariamente estarem presas ao contexto local, podendo se articular em diversos âmbitos e realizar atividades com potencial tecnológico. Trata-se de dignificar o trabalho de um grande número de pessoas, não raro exercido por pessoas do sexo feminino e da cor negra, e possibilitar o empoderamento desses grupos, em contextos domésticos e comunitários, onde muitas vezes prevalece a violência e a discriminação, além do próprio desigual contexto metropolitano.

3) **estímulo à geração de trabalho e renda em consonância com a dinamização econômica em curso**: as políticas de modernização econômica que vêm sendo empreendidas, notadamente pelo governo do Estado, devem ocorrer em conjunto com uma política de geração de trabalho e renda, visando propiciar que as camadas mais necessitadas e vulneráveis da população tenham acesso às oportunidades oriundas da dinamização da estrutura econômica, por meio de integração da produção em pequena escala, popular e solidária, aos grandes empreendimentos, por exemplo, por meio de compras públicas e da formação de redes de fornecedores locais.

Como elementos prioritários dos eixos acima citados, colocam-se:

a) necessidade de **diversificação dos processos produtivos**: há, na RMBH, processos produtivos diversificados quanto à localização, formas de organização do tempo produtivo,

---

<sup>11</sup> Os elementos aqui apresentados orientaram a construção da Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala e da Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional, propostas dentro do Eixo Temático Integrador da Seguridade, no PDDI-RMBH (UFMG, 2010). Disponível em [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br).



tipos de trocas e de produtos/serviços (cultural, artístico, artesanal, alimentar) ofertados, que valorizam a cultura local através de estratégias (novas e tradicionais) de uso de recursos locais e práticas ambientalmente eficientes e socialmente justas. São atividades produtivas com deficiências técnicas e financeiras, além de dificuldades na constituição de redes produtivas, mas que apresentam potencial para efetivar o ciclo produção-renda-consumo através de cadeias produtivas de pequena e média extensão que aproximam produtor e consumidor;

b) **marcos regulatórios** ligados às condições de produção, distribuição e consumo verificados nos circuitos inferiores da renda. Trata-se de adequar a legislação existente às condições de produção e consumo prevalentes nesses circuitos inferiores e retirar-lhes seu caráter punitivo, introduzindo o conceito de aprimoramento e qualificação profissional nesses segmentos;

c) **valorização da produção popular e solidária**, por meio do apoio à comercialização e à disponibilização de crédito, bem como à divulgação dos produtos.

### **Considerações Finais**

Entendemos que grandes investimentos em infra-estrutura e grandes projetos econômicos no contexto urbano e metropolitano não podem, contemporaneamente, prescindir de esforços integrados voltados para a promoção e fortalecimento das economias populares. Considerando que o crescimento da economia capitalista internacional acontece, hoje mais do que nunca, apoiado em uma redução significativa de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que exige níveis de qualificação da mão de obra cada vez mais altos, um processo crescente de exclusão da população residente tende a acontecer. Esta exclusão, no mais das vezes, se reflete também na expulsão dessas populações das suas áreas de moradia, na medida em que esses grandes investimentos no circuito superior da economia implicam uma alta valorização dos terrenos adjacentes, seja pelos investimentos diretos na atividade produtiva, seja pelos investimentos públicos na melhoria e modernização da infra-estrutura que os acompanham.

A RMBH, e em especial seu Vetor Norte, é um caso exemplar desse processo, uma vez que combina grandes investimentos públicos em infra-estrutura e serviços com investimentos expressivos nas atividades produtivas em setores de ponta e em serviços avançados. Se, de um lado, a implantação da Cidade Administrativa e seus desdobramentos implicam valorização de áreas esquecidas onde se concentra uma população de baixa renda no município de Belo Horizonte (e da RMBH), a incapacidade de gerar oportunidades para o desenvolvimento de atividades ligadas às economias populares naquela região implicará, necessariamente, a

expulsão das populações pobres para periferias mais distantes, seguida da apropriação dos terrenos e imóveis dessa região pelos setores mais ricos. Considerando que as demandas por inclusão social e econômica têm marcado as políticas públicas no país, pelo menos em seus discursos, as inversões na economia dos setores populares aparecem como centrais para qualquer redução dos impactos negativos que historicamente acompanham os grandes projetos urbanos. O caso da RMBH não é diferente, restando a expectativa de que, alertados e dispostos de estudos e propostas efetivas para responder a esses processos de exclusão social e econômica, os poderes públicos e os setores organizados da sociedade civil possam se mobilizar e se organizar para fortalecer as economias populares locais que parecem constituir a alternativa viável e imediata para promover inclusão através do trabalho e geração de renda.

## Referências Bibliográficas

BERTUCCI, Jonas de O. **A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual: Um Estudo Sobre Experiências em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2005. Dissertação (Mestrado em Economia), Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. São Paulo: Rocco, 1987.

CORAGGIO, José Luis. **Economia Urbana: La Perspectiva Popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, José Luís. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 91-133.

CORAGGIO, José Luís. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? **Proposta**, ano 30, n. 98, setembro/ novembro, 2008, p. 12-20.

COSTA, Heloisa S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto L.M. (Coord.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: PBH: CEDEPLAR, 1994.

DINIZ, Clélio C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/ Proed, 1981.

DINIZ, Sibelle C.; SOUZA JR., Marcos S.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. **Alternativas de Trabalho e Renda no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Trabalho do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. (Anais...) Diamantina: Cedeplar, 2010.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

HORTA, C. R. Desemprego e cultura: uma leitura política da desconstrução da cidadania do trabalhador. In: HORTA, C. R. & CARVALHO, R. A. A. de (Org.). **Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15-38.

JESUS, Cláudio R. **A Geografia Urbana do Camelô Belo-Horizontino**. Belo Horizonte, 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geo-Ciências, Universidade Federal de Minas Gerais.

MONTE-MÓR, Roberto L.M. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, R.L. (coord.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: Cedeplar: PBH, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto L.M. **Repensando a Cidade e o Urbano**. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR. 2005. (Módulo 1 do Relatório de Pesquisa do Projeto Contagem no Novo Século)

MONTE-MÓR, Roberto L. M.; PEREIRA, Fernando B.; SOUZA, Julio C. A Reestruturação Urbana e Metropolitana no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **XII Encontro Nacional da ANPUR**. Belém, PA. Maio de 2007.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. In: OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N. & CORREA, A.M. (orgs.) *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas II*. (2 vls.) Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008, p.128-140.

RODRIGUES, Silvanio Z. **A Economia Popular e as Políticas Públicas Municipais: o caso de Montes Claros**. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia), Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SILVA, J. A. F. da. **Trabalho Digno: Um direito fundamental dos povos livres**. Texto da Conferência proferida na III Conferência Internacional de Direitos Humanos: “Um mundo Livre: Desenvolvimento e Vida com Dignidade”, promovida pelo Conselho Federal da OAB. Teresina, Piauí- Brasil, 16 - 18 de Agosto de 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, ano 26, n. 72, março/ maio, 1997, p. 6-13.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH): Relatório Final**. 6 vls. Belo Horizonte, 2010. Disponível em [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br)

VERARDO, Luigi. Economia solidária e /autogestão. **Proposta**, ano 30, n. 98, setembro/novembro, 2003, p.56